

# Governo muda didática para ensinar melhor

Mauren Rojahn

BRASÍLIA — Quando era estudante de primeiro grau no Ceará, há 40 anos, Paulo Elpidio de Menezes Neto, agora Secretário Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação, detestava Educação Física. “A gente fingia que fazia os exercícios e a professora fingia que dava aula”, recorda. Hoje Paulo Elpidio continua achando a disciplina inútil, mas, embora na condição de autoridade no MEC, não tem planos para retirá-la do currículo escolar. Os projetos do secretário de Educação Básica e do ministro da Educação, José Goldemberg, não prevêem uma ampla reforma curricular, mas sim a introdução de inovações pedagógicas.

Convencidos de que a reforma curricular já foi utilizada por outros governos sem produzir qualquer efeito, o ministro e sua equipe optaram por um reforço no conteúdo das matérias. “Pretendemos mudar a linguagem didática, tornando as disciplinas atrativas, o que certamente facilitará o aprendizado”, conta o secretário. Algumas mudanças começam ainda esse ano, com os cursos de treinamento e reciclagem dos professores previstos para todas as escolas da rede pública do país.

**Japão** — Nos programas de treinamento, os professores receberão materiais com conteúdos já adaptados. A Matemática, uma das matérias que causa maior índice de repetência, deverá ser a mais modificada. O MEC pretende copiar o exemplo do Japão, onde os métodos de aprendizado se relacionam com as experiências pessoais dos alunos.

Segundo Elpidio, hoje o maior problema do ensino básico é a evasão escolar, que é causada por problemas decorrentes da pobreza e também pelo desinteresse do aluno com o tipo de ensino ministrado nas escolas públicas. A ideia é modificar, a princípio, as disciplinas básicas: Matemática, Língua Portuguesa e Ciências. As outras matérias serão mudadas gradativamente até atingir o ensino do segundo grau. O conteúdo das disciplinas de Língua Estrangeira, obrigatórias a partir das sétimas séries, também deverá ser alterado.

Tanto Paulo Elpidio, como Goldemberg, reconhecem que hoje a grande maioria dos alunos não consegue obter um conhecimento mínimo com as aulas de Língua Estrangeira. O secretário e o ministro, no entanto, consideram a matéria fundamental e acreditam que o projeto de reforço no conteúdo vai melhorar o nível didático. “Mas para isso é necessário também dotar as escolas de material de apoio, como aparelhos de TV, vídeos, cassetes e um pequeno acervo”, reconhece o secretário.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), cujo projeto ainda não foi aprovado pela Câmara dos Deputados, não prevê qualquer reforma curricular. A obrigatoriedade de uma língua estrangeira para escolas da rede pública e privada, a partir da sétima série, é mantida, mas a nova LDB sugere que as escolas escolham o idioma.

A única modificação sobre esse ponto veio com a aprovação do projeto de lei que elimina as disciplinas de Moral e Cívica e Estudos do Problemas Brasileiros e Organização Social e Política Brasileira.